

# SUMÁRIO

## 1ª PARTE

### FUNDAMENTOS, LEGISLAÇÃO BÁSICA E VERTENTES EVOLUTIVAS DA LICITAÇÃO

#### CAPÍTULO 1

##### A LICITAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. O que é licitação?.....	1
2. Visão histórica da legislação.....	2
3. Como nasceu a Lei Nacional de Licitações.....	6
4. Evolução legislativa após a vigência da Lei Nacional de Licitações.....	8
5. Projetos sucessivos de alteração da Lei Nacional de Licitações.....	11
6. As patologias do procedimento.....	13
7. A meta da eficácia administrativa e sua aplicação às licitações públicas....	16

#### CAPÍTULO 2

##### INSTRUMENTOS LEGAIS QUE AUXILIAM A APLICAÇÃO DA LEI 8.666/93

1. Preâmbulo.....	25
2. As Leis sancionatórias à improbidade administrativa.....	25
3. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.....	27
4. A Lei do processo administrativo federal.....	29
5. A Lei de Responsabilidade Fiscal.....	35
6. O novo Código Civil.....	41
7. A Lei dos consórcios públicos.....	44
8. Síntese complementar: Estrutura legislativa da decisão de contratação.....	47

#### CAPÍTULO 3

##### UM ROTEIRO PRÁTICO PARA O ESTUDO E A APLICAÇÃO DA LEI 8.666/93

1. Estrutura da Lei 8.666/93.....	51
2. Fases da licitação.....	52
3. Fase interna – Processo – Cautelas, providências e controles.....	53
4. Fase externa – Procedimento.....	59
5. Breves apontamentos sobre a proposta de inversão de fases.....	63

## 2ª PARTE

## COMENTÁRIOS À LEI 8.666, DE 21/6/93

**Art. 1º**

Abrangência da lei e significado da norma geral.....	67
A questão das paraestatais .....	73
Consórcios públicos .....	76
Entidades de direito privado, licitação e prestação de contas .....	76
Fundo especial.....	78
Lei nacional transitiva.....	80

**Art. 2º**

Dos objetos da licitação.....	81
(a) Obras, serviços, compras e alienações.....	82
(b) Publicidade .....	82
(c) Locação de bens.....	85
(d) <i>Leasing</i> e arrendamento mercantil.....	87
(e) Concessões e permissões.....	89
(f) Contratos de franquia.....	91
Do contrato .....	94
Perguntas e respostas.....	95

**Art. 3º**

Finalidade da licitação e sua ética .....	100
Princípio da legalidade .....	101
Princípio da impessoalidade .....	102
Impessoalidade <i>versus</i> preferencialidade.....	104
(a) Área de informática .....	105
(b) Pessoas jurídicas estrangeiras .....	107
Princípio da moralidade .....	107
Princípio da igualdade .....	109
Princípio da publicidade.....	111
Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	112
Princípio do julgamento objetivo .....	114
Princípios correlatos.....	114
Vedações aos agentes públicos .....	118
Perguntas e respostas.....	120

**Art. 4º**

Direito subjetivo público ao rito processual legal.....	123
O rito formal e o formalismo .....	124
Controle do ato administrativo pelo cidadão .....	127
Perguntas e respostas.....	127

**Art. 5º**

Valores, preços e custos em moeda nacional.....	128
Ordem cronológica de pagamentos.....	129
Correção monetária e “preço limpo”.....	130

**Art. 6º**

Conceitos relativos à licitação.....	133
Conceito de obra (inciso I).....	134
Conceito de serviço (inciso II).....	135
(a) Serviços comuns.....	135
(b) Serviços técnicos profissionais generalizados.....	136
(c) Serviços técnicos profissionais especializados.....	136
(d) Serviços de engenharia.....	136
Conceito de compra (inciso III).....	136
Compras sob encomenda e cautelas na delimitação do objeto.....	137
Fornecimento – aplicabilidade da modalidade pregão.....	138
Sujeição a normas técnicas.....	140
Conceito de alienação (inciso IV).....	140
Conceito de obras, serviços e compras de grande vulto (inciso V).....	141
Conceito de seguro (inciso VI).....	141
Conceito de execução direta (inciso VII).....	142
Conceito de execução indireta (inciso VIII).....	142
(a) Empreitada por preço global.....	142
(b) Empreitada por preço unitário.....	143
(c) Empreitada integral.....	143
(d) Tarefa.....	144
Terceirização de serviços: execução indireta <i>lato sensu</i> .....	144
Conceito de projeto básico (inciso IX).....	145
Conceito de projeto executivo (inciso X).....	148
Conceito de Administração Pública (inciso XI).....	149
Conceito de Administração (inciso XII).....	150
Conceito de Imprensa Oficial (inciso XIII).....	150
Conceitos de contratante e contratado (incisos XIV e XV).....	150
Conceito de Comissão de Licitação (inciso XVI).....	150
Outros conceitos e definições não constantes do art. 6º.....	150
Perguntas e respostas.....	151

**Art. 7º**

Etapas para a execução de obras e serviços.....	152
Autoridade competente.....	155
Condições para a abertura de licitação para obras e serviços.....	156
Orçamentação em planilhas de custos unitários.....	157
Condições acrescidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.....	157
Observância da orçamentação.....	162

Orientações diversas sobre requisitos para instalação de licitações .....	163
Vedações, restrições e controles .....	164
<b>Art. 8º</b>	
Programação para a execução de obras e serviços .....	166
Visão positiva do retardamento.....	167
Perguntas e respostas.....	168
<b>Art. 9º</b>	
Impedimentos à participação.....	168
Perguntas e respostas.....	171
<b>Art. 10</b>	
Formas de execução de obras e serviços.....	173
(a) Forma direta de execução.....	173
(b) Forma indireta de execução.....	174
Terceirização de serviços da administração pública .....	176
Perguntas e respostas.....	179
<b>Art. 11</b>	
Projeto-padrão.....	180
<b>Art. 12</b>	
Requisitos dos projetos básicos e executivos.....	181
O aproveitamento de insumos locais.....	181
O impacto ambiental.....	182
(a) Principais leis ambientais intervenientes; disposições significativas para a elaboração do PB e PE .....	182
(b) Leis ambientais de áreas específicas.....	185
<b>Art. 13</b>	
Serviços técnicos profissionais especializados.....	187
Serviços de advocacia.....	189
Perguntas e respostas.....	192
<b>Art. 14</b>	
Requisitos para compras .....	193
Fluxo das compras.....	194
<b>Art. 15</b>	
Princípios das compras .....	197
Padronização.....	197
Registro de preços.....	199
Concepção e histórico legislativo do registro de preços.....	199

Sistema de registro de preços e decreto autônomo .....	202
Operacionalidade atual do sistema de registro de preços .....	203
Perguntas e respostas.....	206
<b>Art. 16</b>	
Publicidade das compras.....	210
<b>Art. 17</b>	
Bens públicos.....	214
Alienação de bens públicos móveis e imóveis .....	217
Requisitos para a alienação de bens imóveis.....	218
Alienação de bens imóveis das empresas paraestatais.....	219
Requisitos para a alienação de bens móveis.....	221
Considerações sobre as figuras jurídicas relativas à alienação de bens públicos .....	222
(a) Dação em pagamento.....	223
(b) Permuta .....	223
(c) Concessão de direito real de uso .....	224
(d) Permissão de uso e permissão .....	227
(e) Investidura.....	227
(f) Aforamento ou enfiteuse .....	227
Síntese dos parágrafos – novos elementos condicionantes.....	229
Perguntas e respostas.....	231
<b>Art. 18</b>	
Venda de bens imóveis.....	234
<b>Art. 19</b>	
Bens imóveis havidos por decisão judicial .....	235
<b>Art. 20</b>	
Local das licitações.....	236
<b>Art. 21</b>	
Isonomia do conhecimento.....	238
Publicidade obrigatória ou isonomia do conhecimento .....	240
Orientações dos parágrafos.....	242
Imprensa oficial escrita <i>versus</i> sítio oficial eletrônico .....	244
Perguntas e respostas.....	248
<b>Art. 22</b>	
Modalidades de licitação .....	249
(a) Concorrência .....	250
(b) Tomada de preços.....	250

(c) Convite .....	250
(d) Concurso .....	251
(e) Leilão.....	251
(f) Pregão .....	252
Práticas referentes ao convite.....	252
Conceito de praça comercial em licitação .....	254
Ilustração: Modalidades de licitação no direito comparado – União Européia e Portugal.....	255
Perguntas e respostas.....	256
<b>Art. 23</b>	
Valores e limites das modalidades de licitação .....	259
Subdivisão em parcelas.....	260
Retardamento, subdivisão, itemização, fracionamento.....	262
Regras para adequação das modalidades.....	263
Cotação de quantitativo inferior ao total licitado.....	265
Valores específicos para consórcios públicos .....	265
Perguntas e respostas.....	266
<b>Art. 24</b>	
Dispensa de licitação .....	270
Tendência de ampliação das hipóteses de dispensa.....	272
Discricionariedade da dispensa de licitação .....	272
Hipóteses relativas a limites de valor .....	273
I. Obras e serviços de engenharia de pequeno valor.....	273
II. Serviços e compras de pequeno valor .....	273
Aplicabilidade das dispensas por limite de valor no exercício financeiro – fracionamento.....	274
Parágrafo único – limites especiais de valor para consórcios públicos e agências executivas.....	277
Parágrafo único – bases de cálculo.....	278
Demais hipóteses de dispensa de licitação.....	279
III. Guerra ou grave perturbação da ordem.....	279
IV. Emergência ou calamidade pública.....	279
V. Não-comparecimento de interessados.....	281
VI. Intervenção no domínio econômico.....	283
VII. Propostas com preço superior ao do mercado.....	283
VIII. Operação entre pessoas jurídicas de direito público .....	284
IX. Comprometimento de segurança nacional.....	285
X. Compra ou locação de imóvel para o atendimento das finalidades precípua da Administração .....	286
XI. Contrato remanescente de obra, serviço ou fornecimento.....	286
XII. Compra de gêneros alimentícios perecíveis.....	286

XIII. Contratação de instituição brasileira de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, ou dedicada à recuperação do preso, sem fins lucrativos.....	287
XIV. Aquisição de bens e serviços de organização internacional.....	289
XV. Aquisição e restauração de obras de arte e objetos históricos .....	289
XVI. Impressão de Diários Oficiais, formulários, edições técnicas oficiais e serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgão ou entidade criado para esse fim específico .....	289
XVII. Aquisição de componentes ou peças de fornecedor original.....	290
XVIII. Compras ou contratação de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas.....	290
XIX. Compra de materiais de uso pelas Forças Armadas.....	290
XX. Contratação de associação de portadores de deficiência física .....	290
XXI. Aquisição de bens para pesquisa científica/tecnológica com recursos do Capes, Finep, CNPq ou outras instituições de fomento à pesquisa credenciadas pelo CNPq para este fim.....	291
XXII. Contratação de fornecimento/suprimento de energia elétrica com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo legislação específica .....	291
XXIII. Contratação realizada por empresa pública ou sociedade mista com suas subsidiárias e controladas, para aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço seja compatível com o mercado .....	292
XXIV. Celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.....	294
XXV. Contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica – ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.....	296
XXVI. Contratação realizada em programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação .....	296
XXVII. Contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, com associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis que observem as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.....	297
XXVIII. Fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.....	298
Perguntas e respostas.....	299

**Art. 25**

Inexigibilidade .....	301
Hipóteses de inexigibilidade (incisos I a III) .....	302
I. Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros de produtor, empresa ou representante exclusivo, vedada a preferência de marca .....	302
II. Contratação de serviços técnicos especializados .....	305
III. Contratação de profissionais do setor artístico .....	306
Conceito de notória especialização (§ 1º).....	306
Responsabilidade solidária em caso de superfaturamento.....	309
Perguntas e respostas.....	309

**Art. 26**

Condições para a eficácia dos atos de dispensa, inexigibilidade e retardamento.....	311
Motivação dos atos .....	312
Perguntas e respostas.....	314

**Art. 27**

Breve introdução à fase externa.....	316
Requisitos limítrofes para habilitação .....	318
Impacto do Código Civil sobre os requisitos para habilitação .....	320
Determinações legais quanto ao trabalho do menor.....	322
O sistema de credenciamento .....	324

**Art. 28**

Habilitação jurídica .....	329
Lei para simplificação e integração do registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas .....	331
Forma de apresentação dos documentos: matriz e filial.....	333
Habilitação jurídica de sociedades estrangeiras .....	333
(a) O Código Civil e a sociedade estrangeira no Brasil.....	333
(b) Licitações com proponentes estrangeiros e licitações internacionais .....	335
(c) A questão do “funcionamento no Brasil”.....	336
(d) Recomendações gerais sobre habilitação das sociedades estrangeiras.....	338
(e) Limitações relativas a áreas específicas.....	339
A disciplina jurídica da cooperativa.....	341
Participação das cooperativas nas licitações.....	341
(a) Colocação do problema.....	341
(b) Hipótese de desvirtuamento da função da cooperativa.....	343
Incidência de percentual sobre o valor da proposta de cooperativa.....	346
Perguntas e respostas.....	347

**Art. 29**

Regularidade fiscal.....	351
Requisitos legais para comprovação da regularidade perante a seguridade social e o FGTS.....	352
Recomendações referentes a empresas e suas filiais.....	353
Moratória administrativa e parcelamento de débito fiscal.....	354
Orientações jurisprudenciais sobre regularidade fiscal.....	354
Exigências ilícitas relacionadas à área trabalhista.....	355
Hipóteses específicas.....	356

**Art. 30**

Qualificação técnica.....	358
(a) Evolução legislativa do requisito de qualificação técnica.....	359
(b) Colocações básicas para a definição do problema.....	361
(c) Fundamentos de uma interpretação “negativa”.....	362
(d) Fundamentos para uma interpretação “afirmativa”.....	362
(e) Acervo técnico: profissional ou empresa?.....	364
(f) Interpretação favorável à exigência de comprovação da experiência pregressa da empresa licitante.....	367
Parâmetro do TCU: até 50% dos quantitativos.....	370
Parágrafos do art. 30: recomendações originárias.....	371
Entidade profissional competente.....	372
Quadro permanente da empresa.....	374
Parcelas relevantes e motivação necessária.....	375
Diretrizes finais dos parágrafos.....	376
Perguntas e respostas.....	378

**Art. 31**

Qualificação econômico-financeira.....	385
Garantia de participação.....	386
Crítica a expressões contábeis utilizadas.....	387
Registro de balanços patrimoniais.....	388
Determinações dos parágrafos do art. 31.....	390
Ilegalidade de índices exorbitantes.....	392
Perguntas e respostas.....	393

**Art. 32**

Apresentação dos documentos: hipóteses de simplificação.....	396
Declaração de fato impeditivo da habilitação.....	397
Documentação de empresa estrangeira.....	399
Isenção de taxa ou emolumento.....	400

**Art. 33**

Apresentação de documentos em caso de consórcio.....	401
Somatórios de quantitativos e valores – proporcionalidade.....	402
Responsabilidade solidária no consórcio.....	403
Documentos exigidos pelo CONFEA .....	404
Controle CADE.....	405
Distinções e peculiaridades.....	406
Perguntas e respostas.....	407

**Art. 34**

Registro cadastral .....	409
Novo regulamento do SICAF.....	410
Parágrafos e considerações adicionais .....	413

**Art. 35**

Inscrição cadastral.....	414
--------------------------	-----

**Art. 36**

Classificação dos cadastrados por categoria .....	414
---	-----

**Art. 37**

Alteração, suspensão ou cancelamento do inscrito .....	415
--	-----

**Art. 38**

Processo e procedimento – Fase interna.....	416
Essencialidade da análise jurídica dos editais.....	419
(a) Responsabilização solidária do parecerista: posições do Supremo Tribunal Federal .....	419
(b) STF: tipologia do parecer jurídico segundo a natureza da consulta.....	422
(c) Conceito de parecer “vinculante” .....	423
(d) Parecer obrigatório dependente de aprovação .....	425
(e) Hipóteses de compartilhamento de responsabilidades entre o ordenador e o parecerista .....	427
(f) Cautelas na contratação e elaboração do parecer jurídico.....	431
Perguntas e respostas.....	433

**Art. 39**

Audiência pública como instrumento de consulta.....	435
Organização e rito para a audiência pública .....	437
Licitações simultâneas e sucessivas .....	438

**Art. 40**

O edital: Lei interna da licitação .....	441
Preâmbulo do edital.....	441

A descrição do objeto e suas conseqüências .....	442
Competência fiscalizatória dos tribunais de contas – orientações .....	444
Edital e pesquisa de preços.....	445
Edital e adimplemento das obrigações por parte da administração.....	447
Edital e julgamento das propostas .....	448
Edital e a internet nas licitações.....	449
(a) Evolução e ampliação das comunicações por via eletrônica no processo licitatório.....	449
(b) Processo eletrônico na área judicial: consectários .....	451
(c) A hipótese da exclusividade da mídia eletrônica nas publicações oficiais .....	452
Edital e aceitabilidade dos preços.....	453
(a) Indicação do preço máximo aceitável.....	453
(b) Conceitos de “preço” e “custo” .....	454
(c) Consistência e exequibilidade do preço.....	458
(d) Conceito de preço limpo .....	460
(e) Indicadores de preços para obras de engenharia .....	461
Edital e critérios de reajuste: periodicidade do reajuste e repactuação.....	463
Síntese dos parágrafos do art. 40 e cautelas essenciais ao edital.....	465
Síntese dos requisitos do edital .....	467
Controle de qualidade do edital .....	469
Vícios encontrados em editais .....	471
Vícios passíveis de gerar anulação – aproveitamento do edital ou do certame .....	472
<b>Art. 41</b>	
Cumprimento do rito procedimental – Impugnação .....	475
Prescrição e decadência.....	477
Impugnação e recurso .....	478
O momento da impugnação .....	479
Impugnação e mandado de segurança.....	481
Cláusulas restritivas não-impugnadas.....	484
Participação <i>versus</i> preclusão do direito de participar .....	484
<b>Art. 42</b>	
Licitações internacionais.....	485
Orientações específicas para o edital de licitação internacional.....	488
<b>Art. 43</b>	
Rito obrigatório.....	491
Rito da sessão de abertura e hipótese de desvirtuamento .....	492
Julgamento da habilitação.....	495
Julgamento das propostas comerciais .....	496
Diligência.....	497

Motivação dos atos de inabilitação e desclassificação .....	498
Adjudicação e homologação .....	499
Abrangência do artigo .....	501
Preclusão de desclassificação por motivo de habilitação .....	502
Desistência da proposta .....	503
<b>Art. 44</b>	
Julgamento das propostas: vedações.....	504
Fomento, subvenção, subsídio e proposta subsidiada.....	507
<b>Art. 45</b>	
Tipos de licitação, critérios e fatores.....	511
Licitação de menor preço .....	512
Licitação de melhor técnica.....	515
Licitação de técnica e preço.....	516
Ilustrações: critérios subjetivos nas licitações de técnica e técnica-preço .....	518
Critério do sorteio para desempate.....	519
Bens e serviços de informática .....	520
Licitação de maior lance ou oferta e orientações adicionais dos parágrafos .....	521
<b>Art. 46</b>	
Limitações e ritos para a utilização dos tipos melhor técnica e técnica e preço .....	523
Procedimento para a licitação de melhor técnica.....	524
Procedimento para a licitação de técnica e preço .....	525
Hipótese de técnica-preço para objetos de grande vulto e tecnologia sofisticada.....	525
Perguntas e respostas.....	528
<b>Art. 47</b>	
Explicitação dos elementos para a apresentação da proposta .....	529
<b>Art. 48</b>	
Hipóteses de desclassificação e desqualificação das propostas.....	530
A preocupação histórico-legislativa com a inexequibilidade do preço .....	531
Inexequibilidade em obras e serviços de engenharia.....	533
Equalização nas fases de habilitação e proposta .....	534
Ilustração sobre equalização da proposta.....	535
Prazos intercorrentes.....	537
Perguntas e respostas.....	537
<b>Art. 49</b>	
Desfazimento do procedimento licitatório.....	539
Revogação e anulação.....	540

A revogação por insuficiência orçamentária e a Lei de responsabilidade fiscal	541
Opção da autoridade: Avocar o processo .....	542
Desfazimento da licitação e oportunidade de defesa .....	543
Perguntas e respostas.....	545
<b>Art. 50</b>	
Preterição da ordem de classificação das propostas .....	546
<b>Art. 51</b>	
O respeitável mister das comissões de licitação .....	547
Funções da comissão permanente ou especial.....	548
Diretrizes dos parágrafos.....	550
Renegociação do contrato pela comissão.....	551
Perguntas e respostas.....	552
<b>Art. 52</b>	
Concurso .....	553
<b>Art. 53</b>	
Leilão.....	554
<b>Art. 54</b>	
Contrato administrativo .....	556
Interpretação do contrato administrativo .....	561
Transação e juízo arbitral em contratos públicos.....	562
(a) A transação no direito administrativo.....	563
(b) Jurisprudência limitadora da transação.....	565
(c) Direitos disponíveis ou indisponíveis para fins de transação.....	566
(d) Doutrina favorável à transação .....	567
<b>Art. 55</b>	
Cláusulas necessárias do contrato administrativo .....	570
A questão do adiantamento.....	573
Cláusula: foro em sede da administração .....	574
Liquidação da despesa .....	575
Perguntas e respostas.....	576
<b>Art. 56</b>	
Garantia nas contratações de obras, serviços e compras.....	581
Diretrizes dos parágrafos.....	583
<b>Art. 57</b>	
Duração dos contratos .....	585
Exceções e hipóteses de prorrogação.....	586

Contrato provisório.....	589
Recursos para contratos que ultrapassam um exercício.....	589
Hipóteses de prorrogação relacionadas a fato da administração.....	591
Prorrogação justificada.....	593
Prazo e extinção do contrato .....	593
Diretrizes finais .....	594
Perguntas e respostas.....	594
<b>Art. 58</b>	
Prerrogativas da administração no contrato administrativo.....	595
<b>Art. 59</b>	
Nulidade do contrato administrativo e conseqüências.....	598
Ilustração do direito comparado.....	600
<b>Art. 60</b>	
Formalização do contrato – Aditamentos .....	601
Perguntas e respostas.....	602
<b>Art. 61</b>	
Dados formais do contrato e publicação.....	605
Ressalvas: dispensa e inexigibilidade .....	605
Publicação do extrato <i>versus</i> inadimplência da administração .....	606
Hipóteses de formalização <i>a posteriori</i> .....	606
Perguntas e respostas.....	607
<b>Art. 62</b>	
Instrumento contratual obrigatório e facultativo.....	608
Perguntas e respostas.....	610
<b>Art. 63</b>	
Direito de acesso do licitante – Controle.....	610
Dever de decidir .....	611
<b>Art. 64</b>	
Convocação do interessado para assinar – Convocação remanescente – Prazo de validade da proposta .....	612
Perguntas e respostas.....	613
<b>Art. 65</b>	
Mutabilidade do contrato administrativo .....	615
O princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato .....	619
Mecanismos de manutenção da equação financeira .....	619
Limites para acréscimos e supressões no objeto contratual.....	620

Pressupostos necessários para transposição dos limites.....	623
Alteração contratual por fato-príncipe .....	624
<b>Art. 66</b>	
Fidelidade da execução contratual.....	626
Gestão contratual.....	627
Perguntas e respostas.....	628
<b>Arts. 67 e 68</b>	
Acompanhamento e fiscalização do contrato .....	629
Registro das ocorrências .....	631
<b>Art. 69</b>	
Obrigação do contratado: reparar defeitos .....	632
<b>Art. 70</b>	
Responsabilidade do contratado por danos decorrentes de culpa ou dolo ..	633
Perguntas e respostas.....	635
<b>Art. 71</b>	
Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais .....	636
Mecanismos cautelares por parte do ente público.....	638
<b>Art. 72</b>	
Subcontratação .....	640
Formas de compartilhamento ou assunção da execução contratual por terceiro.....	642
Histórico legal da sub-rogação e da cessão.....	644
Considerações conclusivas sobre transferência contratual .....	645
<b>Arts. 73 e 74</b>	
Recebimento do objeto contratual .....	648
Perguntas e respostas.....	650
<b>Arts. 75 e 76</b>	
Ensaio, testes, rejeição .....	652
<b>Art. 77</b>	
Inexecução dos contratos .....	652
<b>Art. 78</b>	
Motivos legais da rescisão.....	654
Rescisão por falta do contratado .....	654
Excludente de culpabilidade: justa causa.....	655
Rescisão por reorganização estrutural do contratado .....	656

Rescisão por fato da administração.....	659
Rescisão invocável pelas partes.....	663
Rescisão de pleno direito.....	663
Rescisão contratual e defesa prévia.....	664
Síntese das recomendações e cautelas na gestão contratual.....	664
Perguntas e respostas.....	667
<b>Art. 79</b>	
Formas de rescisão contratual.....	668
Rescisão contratual e o poder de transigir.....	668
Reparação dos prejuízos ao contratado.....	670
Prorrogação do prazo contratual por fato da administração.....	671
<b>Art. 80</b>	
Conseqüências da rescisão por ato unilateral.....	672
Aposseamento administrativo.....	673
Retenção de créditos.....	674
Diretrizes complementares dos parágrafos.....	675
Perguntas e respostas.....	675
<b>Art. 81</b>	
Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato.....	676
<b>Art. 82</b>	
Sanções aos agentes administrativos – Responsabilidade civil e criminal.....	678
<b>Art. 83</b>	
Sanções penais cumuladas com perda de cargo.....	679
<b>Art. 84</b>	
Conceito de servidor público.....	680
<b>Art. 85</b>	
Âmbito de incidência das infrações penais.....	682
<b>Art. 86</b>	
Multa moratória ao executor.....	682
Gradação das multas.....	683
<b>Art. 87</b>	
Sanções ao contratado pela inexecução.....	686
Desconsideração da personalidade jurídica.....	688

<b>Art. 88</b>	
Sanções às empresas ou aos profissionais.....	692
Prazo para instauração do processo administrativo .....	693
Perguntas e respostas.....	694
<b>Arts. 89 a 99</b>	
As fraudes em licitação .....	697
<b>Art. 100</b>	
Ação penal incondicionada.....	701
<b>Art. 101</b>	
Iniciativa do Ministério Público.....	702
<b>Art. 102</b>	
Dever de controle e denúncia .....	702
<b>Art. 103</b>	
Ação penal privada subsidiária.....	703
<b>Art. 104</b>	
Prazos para a apresentação de defesa escrita.....	703
<b>Arts. 105 a 108</b>	
Demais prazos e procedimentos .....	704
<b>Art. 109</b>	
Recursos administrativos decorrentes da aplicação da Lei 8.666/93.....	705
(a) Recurso e representação: prazos, intimação e publicidade.....	705
(b) Pedido de reconsideração: fluxo .....	707
Considerações complementares e divulgação.....	708
Referências da Lei do processo administrativo federal.....	708
Perguntas e respostas.....	709
<b>Art. 110</b>	
Mecanismos de contagem dos prazos .....	711
Perguntas e respostas.....	712
<b>Art. 111</b>	
Contratação, pagamento ou recebimento de serviço técnico especializado.	713
<b>Art. 112</b>	
Contrato com mais de uma entidade.....	714
Perguntas e respostas.....	715

<b>Art. 113</b>		
Controle das despesas decorrentes dos contratos .....		716
<b>Art. 114</b>		
Requisitos da pré-qualificação.....		720
<b>Art. 115</b>		
Faculdade de expedição de normas procedimentais e operacionais.....		722
<b>Art. 116</b>		
Celebração de convênios, acordos, ajustes e congêneres por órgãos e entidades da administração.....		724
(a) Distinção entre convênio e contrato.....		724
(b) O controle sobre os convênios, acordos e ajustes .....		726
Explicitações de caráter financeiro.....		728
Prestação de contas.....		729
Entidade privada: controvérsia relativa à licitação para dispêndio de recursos transferidos .....		730
<b>Art. 117</b>		
Obras, serviços, compras e alienações realizadas pelo Legislativo, Judiciário e Tribunais de Contas.....		733
<b>Art. 118</b>		
Adaptação das normas aos entes políticos.....		733
<b>Art. 119</b>		
Licitação nas entidades paraestatais – Controle.....		735
<b>Art. 120</b>		
Publicação, atualização, valores.....		737
<b>Art. 121</b>		
Princípio da intangibilidade contratual.....		738
<b>Art. 122</b>		
Concessões de linhas aéreas .....		741
<b>Art. 123</b>		
Licitações e contratos realizados por repartições sediadas no exterior .....		741
<b>Art. 124</b>		
Aplicação da Lei às concessões e permissões.....		742

**Art. 125**

Disposições em contrário .....	742
ÍNDICE REMISSIVO .....	745
BIBLIOGRAFIA – LICITAÇÃO E CONTRATO .....	763

**3ª PARTE****LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO****CAPÍTULO 1**

<b>O PREGÃO</b> .....	787
1. O que é pregão. Breve histórico de sua prática no Brasil e em outros países .....	787
2. Questionamentos básicos e vantagens .....	789

**CAPÍTULO 2**

<b>COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS DA LEI 10.520/02</b> .....	793
---	-----

**Art. 1º**

O que são bens e serviços comuns .....	793
Normas regulamentares .....	794
Cautelas relativas ao poder regulamentar .....	795
Casos específicos e ilustrações sobre bens e serviços comuns .....	796
(a) Terceirização de serviços .....	796
(b) Equipamentos e serviços de informática .....	797
(c) Telefonia .....	799
(d) Obras e serviços de engenharia .....	800
(e) Outros casos específicos abordados pelo TCU .....	801
(f) A solução da padronização .....	801
O pregão e as licitações internacionais .....	802
Pregão: aplicação prioritária ou compulsória? .....	803
Ausência de limites de valor para uso do pregão .....	806

**Art. 2º**

Abrangência institucional da aplicação do pregão .....	807
Aplicabilidade do pregão ao Sistema “S”, bem como às “OS” e “OSCIP” .....	807
O pregão eletrônico e as bolsas de mercadorias .....	810

**Art. 3º**

Importância da fase preparatória do pregão .....	811
Atribuições da autoridade competente .....	812
A delimitação do objeto .....	813
Justificativas, elementos técnicos, orçamento .....	813
Elementos aportados pela Lei de Responsabilidade Fiscal .....	814

O pregoeiro: atribuições e capacitação .....	816
Equipe de apoio .....	818
<b>Art. 4º</b>	
A fase externa do pregão .....	820
A publicidade obrigatória .....	823
Conteúdos do aviso e do edital.....	823
Prazos para apresentação das propostas .....	823
Impugnação do edital.....	824
Sessão pública: atos iniciais .....	826
Lances verbais sucessivos e faixas de aceitabilidade .....	827
Hipótese de desistência de lance .....	828
Número mínimo de propostas.....	828
CrITÉrios de julgamento e decisão sobre aceitabilidade.....	830
Agora, o exame da habilitação .....	832
Questões documentais e responsabilidade do pregoeiro.....	833
Documentos constantes do SICAF .....	834
Exame seqüencial da documentação .....	835
Aceitabilidade documental e formalismo.....	836
Hipótese da diligência .....	837
Procedimentos de recurso .....	838
A hipótese do efeito suspensivo .....	839
Correção, convalidação ou eliminação do ato .....	839
Decadência do direito ao recurso .....	840
Adjudicação e homologação .....	840
Procedimentos para contratação .....	842
<b>Art. 5º</b>	
Vedação de exigências .....	843
<b>Art. 6º</b>	
Prazo das propostas.....	844
<b>Art. 7º</b>	
Condutas irregulares, sanções, descredenciamento .....	845
<b>Art. 8º</b>	
Registro dos atos essenciais.....	847
<b>Art. 9º</b>	
Aplicação subsidiária da Lei 8.666/93.....	847
<b>Art. 10</b>	
Convalidação dos atos.....	849

**Art. 11**

Compras pelo sistema de registro de preços .....	849
--	-----

**Art. 12**

Fornecimentos para a área de saúde .....	850
--	-----

**Art. 13**

ÍNDICE REMISSIVO DA LEI 10.520/02 .....	853
BIBLIOGRAFIA – LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO .....	857

**4ª PARTE**

**REGIME LICITATÓRIO DIFERENCIADO DAS MICROEMPRESAS E  
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**CAPÍTULO 1**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	861
1. Breve histórico do “simples” .....	861
2. Legislação atual sobre micro e pequena empresa .....	862
3. Anotações contextuais sobre a Lei Complementar 123/06.....	863
(a) Norma geral extensiva.....	863
(b) Caracterização das empresas-alvo .....	865
(c) O Simples Nacional.....	866
(d) Identificação das micro e pequenas empresas para efeitos de licitação e contratação.....	869
4. A questão preliminar do termo inicial da aplicabilidade das normas licitatórias da LC 123/06: dependentes, ou não, de regulamento?.....	870
5. Considerações introdutórias sobre o regime licitatório diferenciado .....	872

**CAPÍTULO 2**

**COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS AO REGIME LICITATÓRIO  
DIFERENCIADO**

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.....	875
---	-----

**Art. 42**

Licitações para bens, serviços e obras .....	875
A inversão de fases .....	877
Âmbito de aplicação do decreto regulamentar.....	878
Considerações complementares sobre a ação legiferante no sentido do fortalecimento dos pequenos empreendimentos.....	879
Providências para ampliar a participação das empresas-alvo nas licitações públicas .....	881

**Art. 43**

A exigência de regularidade fiscal como fenômeno de burocratização .....	883
Comprovação integral da regularidade fiscal .....	884
Licitações de pronta entrega: dispensa do balanço patrimonial .....	885
Hipótese de descumprimento da comprovação de regularidade fiscal: convocação dos licitantes remanescentes .....	887

**Art. 44**

CrITÉrios preferenciais às micro e pequenas empresas no empate .....	891
CrITÉrio aplicável apenas às licitações de menor preço .....	891
O empate ficto .....	893

**Art. 45**

O empate real e o sorteio – Procedimentos no pregão – Demais modalidades	894
--	-----

**Art. 46**

Cédula de crédito microempresarial .....	895
--	-----

**Art. 47**

Entes da Federação: previsão legal do tratamento diferenciado .....	899
---	-----

**Art. 48**

Licitações exclusivas para micro e pequenas empresas .....	901
Requisitos e condições para subcontratação de micro e pequenas empresas	903
Extinção da subcontratação .....	905
Relação jurídica entre a Administração e a subcontratada .....	905
Exceções à regra da subcontratação .....	906
Licitações de bens, serviços e obras de natureza divisível: reserva de cota ..	907

**Art. 49**

Situações de exceção à instalação de licitações diferenciadas: ausência de previsão no instrumento convocatório .....	909
Ausência de três fornecedores competitivos .....	911
Ausência de economicidade .....	911
Enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte .....	912
A identificação das micro e pequenas empresas no pregão .....	914
Ilustrações e considerações finais .....	915
BIBLIOGRAFIA – REGIME LICITATÓRIO .....	919
OBRAS DO AUTOR .....	923
ANEXOS	
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 .....	933
Índice Remissivo do Decreto nº 6.170, de 25 de Julho de 2007 .....	941
Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 .....	945

Índice Remissivo do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007.....	951
Decreto nº 6.451, de 12 de maio de 2008 .....	953
Índice Remissivo Decreto nº 6.451, de 12 de maio de 2008.....	957
Instrução Normativa MT nº 1, de 4 de outubro de 2007.....	959
Índice Remissivo da Instrução Normativa nº 1 de 04 de outubro de 2007..	967
Instrução Normativa nº 2 de 30 de abril de 2008.....	969
Índice Remissivo da Instrução Normativa nº 2 de 30 de abril de 2008 .....	1011
Portaria Interministerial MPOG/SRH e MPOG/SOF nº 127, de 29 de maio de 2008 .....	1015
Índice Remissivo da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008....	1047
Resolução nº 1.023 do CONFEA, de 30 de maio de 2008.....	1053
Índice Remissivo da Resolução nº 1.030, de 30 de maio de 2008.....	1071
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO GERAL.....	1075